

Juan Negreiros Baldareñas<sup>1</sup>  
Fernanda Graziella Cardoso<sup>2</sup>  
Cristina Fróes de Borja Reis<sup>3</sup>

## Luxo e subdesenvolvimento: reflexões sobre as possibilidades econômicas dos nossos netos

### RESUMO

Partindo do texto de Keynes de 1930 e de sua previsão otimista a respeito do futuro do capitalismo, o presente artigo busca refletir teoricamente sobre as possibilidades econômicas da periferia do sistema capitalista. Para tal, recorre-se ao conceito de luxo e de consumo conspicuo de Veblen, colocando em pauta a insaciabilidade das necessidades relativas. Em seguida, retoma-se o pensamento dos pioneiros da Economia do Desenvolvimento, a fim de refletir sobre as possíveis consequências do consumo de luxo sobre a trajetória do desenvolvimento, tendo em vista tanto a teoria quanto alguns resultados de sua prática no contexto latino-americano e brasileiro. Por fim, inspirado pela atualização da previsão de Keynes sob a ótica de Skidelsky e Skidelsky, conclui-se que o consumo de luxo compromete as possibilidades econômicas de nossos netos.

### Palavras-chave

Luxo; Consumo conspicuo; Futuro; Subdesenvolvimento.

### ABSTRACT

*Based on Keynes' work of 1930 and his optimistic outlook in relation to the future of capitalism, this article reflects theoretically on the economic potential of the peripheries of the capitalist system. To this end, the article refers to Veblen's concept of luxury goods and conspicuous consumption, bringing to the fore the insatiability of relative needs. The article then reviews some of the ideas put forward by the pioneers of the Economy of Development, in order to reflect upon the potential consequences of luxury consumption on the trajectory of development, considering both theory and some practical results within the context of Latin America and Brazil. Finally, and inspired by an update of Keynes' forecast from the point of view of Skidelsky and Skidelsky, the article concludes that luxury consumption represents a risk to the economic potential of our grandchildren.*

### Keywords

*Luxury; Conspicuous consumption; Future; Underdevelopment.*

1. Bacharel em Ciências e Humanidades e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). juan\_121293@hotmail.com
2. Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo (USP). fernanda.cardoso@ufabc.edu.br
3. Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). cristina.reis@ufabc.edu.br

## 1. Introdução

Em 1930, Keynes escreveu um ensaio intitulado “As possibilidades econômicas de nossos netos”. Nele, o autor divaga a respeito do que seria o futuro dali a cem anos: as pessoas teriam que trabalhar apenas 15 horas por semana, receberiam bem mais que receberam no passado, em uma sociedade mais justa e igualitária economicamente, em que o lazer seria uma preocupação primordial na vida das pessoas. Embora ainda não tenhamos atingido o fim do período prospectado por Keynes, lá se foram quase noventa anos; e, estamos certamente ainda muito longe de alcançar o que o autor denominou de “a resolução do problema econômico”, o que permitiria às pessoas se voltarem para a “arte de viver”. E essa é a realidade não apenas para a periferia, mas também para países considerados desenvolvidos.

A reflexão de Keynes foi recentemente retomada por Skidelsky e Skidelsky (2017), que afirmam categoricamente que o autor errou em suas previsões sobre a vida que seus netos teriam no futuro. Keynes tratou brevemente a temática das necessidades humanas e as dividiu em duas categorias: absolutas e relativas. As necessidades absolutas independem da situação dos indivíduos ao redor e, por isso, se referem à condição humana em geral. As necessidades relativas são despertadas quando a satisfação humana superioriza o indivíduo com relação aos demais; e, como elas “satisfazem o desejo de superioridade, podem ser insaciáveis; tanto mais elevadas serão, quanto mais alto for o nível geral” ([1930] 1984, p. 154). Skidelsky e Skidelsky indicam que tal fenômeno da insaciabilidade acomete tanto as sociedades mais ricas quanto as mais pobres, se tornando um problema para o futuro. Dito de outro modo, as patologias monetárias, ao invés de curadas, tendem a se intensificar (CARDOSO; LIMA, 2006).

No presente texto, parte-se do referido artigo de Keynes como guia para reflexão sobre as possibilidades econômicas da chamada periferia do sistema capitalista, especialmente aquela que experimentou o ensaio desenvolvimentista no século XX. Tal ensaio, em boa medida, foi marcado pelo consumo dos chamados bens de luxo, vazamento de renda que poderia alavancar o investimento, resultando em diversos problemas estruturais (FURTADO, [1961] 2009) e na manutenção da armadilha do subdesenvolvimento (FURTADO, 1992). Para além da experiência prática vivenciada na periferia latino-americana, com destaque para o Brasil, pode-se indagar em que me-

didada a noção de desenvolvimento (e de felicidade) atrelada ao consumismo capitalista ajuda também a manter essa armadilha travestida de miragem.

Mas o que justifica a existência de um mercado de luxo em uma sociedade periférica, repleta de desigualdades sociais? Para Thorstein Veblen, a divisão da sociedade em classes é imprescindível para entender esse fenômeno, já que um dos grandes diferenciais dessas classes é a posição social individual relativa à sociedade, que é perpetuada pela renda e pela desigualdade. Essas diferenças promovem alguns padrões de riqueza, no qual as melhores posições são preenchidas pelas classes mais altas (VEBLEN, [1899] 1983). Conforme esses padrões surgem nas sociedades subdesenvolvidas, nota-se que as elites buscam espelhar-se nos padrões europeus e estadunidenses, como forma de distanciar-se de suas realidades periféricas. Para Veblen, um dos métodos deste curioso objetivo da busca pela diferenciação na sociedade doméstica por meio da imitação de padrões de *status* externos é o consumo conspícuo.

O presente artigo pretende investigar o consumo de luxo, suas explicações e consequências, a partir das contribuições de Keynes, Veblen e os pioneiros do desenvolvimentismo, para então refletir sobre a profecia keynesiana até agora não realizada. Em que medida o consumo de luxo impactou as possibilidades de escape do subdesenvolvimento, comprometendo o nosso futuro e de nossos netos? Estaríamos todos presos à armadilha das necessidades relativas, cuja criação e recriação não têm fim? Há alguma saída para finalmente atingirmos a utopia de Keynes nos próximos 12 anos, para que sua profecia se concretizasse em 2030?

Reflexões sobre essas perguntas serão feitas ao longo do artigo, estruturado em três seções, além dessa introdução e conclusão. Na seção 2, discorre-se brevemente sobre os conceitos de consumo de luxo e conspícuo. Na seção 3, retomam-se alguns autores do desenvolvimentismo clássico, a fim de refletir sobre as possíveis consequências do consumo de luxo sobre a trajetória do desenvolvimento, tendo em vista tanto a teoria quanto alguns resultados de sua prática no contexto latino-americano e brasileiro. Na seção 4, por meio de Skidelsky e Skidelsky (2017), retoma-se a indagação de Keynes, aplicada ao contexto específico da periferia: quais as possibilidades econômicas de nossos netos?

## 2. Breves notas sobre luxo e consumo conspícuo

### 2.1. Luxo, luxurificação e gourmetização

A definição de luxo é, em alguma medida, bastante subjetiva. Sua concepção também foi alterada ao longo do tempo, de acordo com as mudanças na própria estrutura e organização das sociedades. O mercado de luxo em geral é associado às mercadorias raras com preços altíssimos, serviços exclusivos, entretenimento elitizado, tudo o que pode remeter a itens que só uma parcela da sociedade consegue consumir, tanto pela raridade do bem quanto pelo preço. Esse caráter efêmero do luxo é atrelado ao que Allérès (2000) chama de “fenômeno da moda”, que é independente e “obedece a caprichos estéticos e a uma política de distinção” (ALLÉRÈS, 2000, p. 52). A moda tem poder de influência nos gostos e vontades, principalmente quando é ditada a partir dos estratos que consomem o luxo. As classes privilegiadas têm acesso a produtos mais seletivos de marcas conceituadas e importantes, com poder de mercado suficiente para controlar a oferta, que são chamados de “produtos-referência”.

De Masi (2000) também aborda essa subjetividade partindo da concepção histórica e social, ao analisar o luxo na sociedade industrial e na sociedade “pós-industrial”. Na primeira, as concepções de luxo ainda são estritamente ligadas ao dinheiro e ao consumismo, em que os ricos: “exibiam a própria opulência, sobretudo para surpreender, intimidar e reforçar o poder que tinham e a insuperável distância que os separava da massa” (p. 208). Já a sociedade “pós-industrial” vivencia um ambiente de escassez voltado para atender às necessidades individuais. A escassez não necessariamente implicará recursos físicos, mas aspectos que dizem respeito à vida: tempo, autonomia, espaço, tranquilidade, silêncio, ambiente e beleza. Agora “se vive de forma luxuosa quem possui bens que são escassos” (p. 208).

A partir dos séculos XIV e XV, após as Cruzadas, na Europa, diversos produtos de origem vegetal e animal, consumidos pela nobreza real, eram considerados luxuosos, as chamadas especiarias, por possuírem sabores, cores e aromas exóticos. Os produtos vinham principalmente da Ásia, e a demanda que surgia estimulou a criação de rotas de comércio entre Ocidente e Oriente, como a rota da seda e a rota das especiarias. Os produtos tinham um caráter de raridade e escassez, já que o acesso aos mercados produtores era bastante limitado por questões físicas, refletindo no preço final.

Ter acesso a esse mercado de produtos, além de ter impulsionado a economia e a história do Velho Mundo, alimentava o ego dos reis e rainhas que ostentavam riqueza e poder diante de seus súditos, disputando também o poder com outros reinos. O que pode parecer algo fútil para a Idade Contemporânea, era motivo de guerras para controlar e ter acesso aos mercados chineses e indianos, os principais produtores das mercadorias escassas e valiosas para a Idade Média. Esses produtos eram tão importantes que “eram moeda de troca, dotes, heranças, reservas de capital, divisas de um reino. Pagavam serviços, impostos, dívidas, acordos e obrigações religiosas” (NEPOMUCENO, 2005, p. 42).

Já a partir dos séculos XVIII e XIX as noções de consumo e comércio, assim como os setores de luxo, foram se modificando de acordo com as mudanças na sociedade ocidental, iniciadas a partir da Revolução Industrial. O luxo, que antes possuía um lado mais mercantil, atrelado às rotas de comércio nas grandes cidades, passa agora a assumir um caráter marcadamente consumista. A Revolução Industrial tornou possível a produção de bens de consumo em larga escala, popularizando mercadorias que até então não eram consumidas pela sociedade no geral. Surge uma nova classe, o proletariado, representando o fator distintivo do capitalismo. A produção em larga escala de mercadorias possibilitou atender inclusive à demanda nascente do proletariado (ROSA, 2010, p. 60).

O século XX é marcado pelo progresso técnico no processo produtivo. O setor industrial se desenvolveu, por meio da nova concepção de economias de escala, e logo nasceram as marcas que viriam a se tornar as principais do setor de luxo, bem como as elites capitalistas, que se consolidaram na nova sociedade que surgira, mesmo com os cenários catastróficos de guerras mundiais e depressão econômica. É nessa época que o modelo de consumo de hoje se origina, principalmente sob as ideias propagadas pelos Estados Unidos e seu *american way of life*, atrelados ao materialismo que era alimentado por uma cultura consumista movida pelos impulsos econômicos da principal potência do bloco capitalista (ROSA, 2010, p. 79).

Assim como Allérès (2000) definiu no século XXI o “fenômeno da moda” como temporal e momentâneo, esse conceito pode ser ressignificado para o luxo no geral. Essa “temporalidade” sobre o conceito de luxo mostra que o mesmo é fluido e que muda constantemente através do tempo e das culturas (YEOMAN; BEATTIE, 2006), deixando de ser relacionado apenas a produtos específicos, como champanhe e caviar,

por exemplo, tornando-se uma modalidade de consumo não mais necessariamente restrita apenas à elite. O consumo em massa ocupou grande parte do espaço destinado às tradições e à nobreza do consumo de bens de luxo, abrindo portas para a sociedade inteira, em decorrência do avanço do capitalismo e da globalização. Para Yeoman e Beattie, as pessoas da geração atual estão buscando cada vez mais conforto e realizações pessoais mediante novas experiências em comparação com as gerações anteriores, que não necessariamente estão atreladas aos valores monetários e a *status*. Essa mudança de costumes e percepções sobre o luxo torna, inclusive, até mais difícil a sua definição, já que os bens de luxo não necessariamente são caros, ou até mesmo são bens, físicos e materiais, porém o antigo consumo de luxo elitista e pouco acessível ainda existe.

Por outro lado, tal mudança social abre espaço para uma era de “democratização do consumo”, ou como os autores apresentam, “*luxurification of society*” (luxurificação da sociedade, em tradução livre), porém sem ameaçar a exclusividade das marcas de luxo (YEOMAN; BEATTIE, 2006, p. 321). Os autores perceberam que essa busca por experiências e aspirações individuais na pós-modernidade, principalmente na classe média-alta, torna os consumidores mais dispostos a pagar preços mais elevados por produtos e serviços chamados de *premium*, que possuem, em tese, qualidades mais elevadas que os seus similares. Esse fenômeno recente na história do luxo é popularmente conhecido no Brasil como *gourmetização*, termo que define a busca por diferenciação nos bens (até nos mais simples, como o popular “cachorro-quente”) que despertam um luxo que os seus similares não possuem.

Vale destacar que a internet possui um papel importantíssimo nessa nova tendência do consumo de luxo, abrindo um leque de novos formatos para compra e venda de produtos e serviços, além de atingir grande número de pessoas por meio de um forte marketing digital. Essa democratização do consumo amplia a disponibilidade de bens e serviços por intermédio do meio virtual, redefinindo o conceito da exclusividade, agora para a acessibilidade. Com relação à precificação, os autores utilizam o termo “*premium pricing*” como um valor diferenciado que reflete preço e qualidade acrescido de fatores intangíveis como estilo, singularidade e a capacidade experiencial, trazendo uma percepção maior do valor de uso dos bens e serviços cotidianos e comuns. Para essa estratégia de marketing, os consumidores estão dispostos a pagar mais caro por bens específicos, e não pelos seus similares. Fica a cargo do ofertante

criar um valor forte e incomparável do seu produto para que os consumidores mantenham a sua disposição em pagar mais caro (YEOMAN; BEATTIE; 2006, p. 325).

Nesse sentido, o mercado do luxo é totalmente dependente do processo de inovação para se perpetuar, talvez mais do que em outros segmentos, principalmente durante o início do ciclo de vida dos produtos. Na era da luxurificação ou *goumertização*, a necessidade de diferenciação é constante. Mas, para o demandante, também se pode argumentar que a diferenciação por meio do luxo seja (ou quase seja) uma necessidade. Nesse sentido, a próxima seção, sob a perspectiva de Veblen, analisa o consumo do ponto de vista individual, com destaque para a diferenciação que o mesmo possibilita no que diz respeito às classes e *status* social.

## 2.2. Consumo conspícuo e a diferenciação de classes

Para desenvolver o conceito de luxo no trabalho de Veblen primeiramente é preciso compreender sua ideia sobre a divisão de classes na sociedade. A classe mais alta, apesar de possuir os meios de produção, não é uma classe de função produtiva. Desse modo, o autor classifica as classes mais altas como ociosas, que não despendem seu tempo com atividades industriais, dedicando-se a atividades superiores, ou melhor, “[...] cingindo-se às funções inerentemente honoríficas” (VEBLEN, [1899] 1983, p. 5). Na sociedade feudal, como classificou o autor, mas fazendo referência à sociedade da sua época, a classe ociosa ocupava-se de quatro maneiras: com assuntos governamentais, sacerdócio, guerras e esportes. Mesmo sendo ocupações distintas entre si, o ponto em comum era que nenhuma dessas ocupações é industrial. Já as classes ditas inferiores, que incluíam escravos, servos, pessoas dependentes e mulheres, dedicavam-se ao trabalho manual e industrial, diário para a própria subsistência.

A classe ociosa sustenta-se enquanto privilegiada, pois está baseada em discriminar o que é ou não é digno,<sup>4</sup> apropriando-se do que é digno, enquanto as classes baixas ocupam-se com as atividades ditas indignas. É feita uma distinção entre o trabalho não-industrial e honroso, desempenhado pela classe ociosa; e entre o trabalho

4. “As funções dignas são aquelas que intervêm um elemento de proeza ou façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento particular existe” (VEBLEN, [1899] 1983, p.8).

industrial e rotineiro, que é destinado às classes inferiores. O que caracteriza a indignidade das tarefas das classes baixas é o fato de que essas atividades implicam subservidência e submissão, por isso, são humilhantes e indignas.

Alcançar a riqueza, atingir a base mais alta de estima popular, que implica honrabilidade e uma posição social impecável. O prêmio pela eficiência baseado em uma cultura predatória é atingir os maiores graus de honra e satisfação pessoal, que na vida em sociedade é representado pela aquisição de bens materiais. Para ser um “homem de prestígio” na sociedade, é preciso alcançar um padrão de riqueza convencional, sendo que ultrapassar esse padrão é meritório. Veblen indica que a grande massa trabalhadora e industrial, que não pertence à classe ociosa, sofre em suas estimas ao não atingir o padrão de riqueza socialmente aceito, uma vez que a propriedade se torna a base da estima social. Os indivíduos, inicialmente, estão em um padrão de propriedade similar aos demais, porém para a autossatisfação, é imprescindível possuir sempre algo a mais com relação aos outros. Alcançar um novo padrão é bem mais interessante do que estar no padrão anterior. O indivíduo vive desconfortável com a sua situação, logo busca um novo padrão com o objetivo de distanciar-se do padrão antigo. Pela própria natureza do indivíduo, por mais que a comunidade inteira enriqueça igualitariamente, o desejo individual de mudança de padrão pecuniário ainda existirá. A comparação entre o sucesso dos indivíduos em uma comunidade desperta o desejo de buscar maiores padrões que conferem honra, uma situação que está além das necessidades físicas e econômicas. Por isso mesmo, pode inclusive ser diagnosticado como uma patologia (CARDOSO; LIMA, 2006). “O sucesso relativo, medido pela odiosa comparação pecuniária com os outros, se torna o fim convencional da ação humana” (VEBLEN, [1899] 1983, p. 20).

A existência de uma diferenciação social é importante para distinguir os padrões de riqueza. O trabalho corrobora sujeição do indivíduo, trazendo uma marca de inferioridade, sendo assim considerado indigno. Para Veblen, a riqueza alcança um grau de subjetividade que vai muito além da acumulação em si, a sociedade convencionou que é um padrão de riqueza e *status* aceito por todos. O ócio é justificado pela indignidade do trabalho produtivo e pela capacidade pecuniária de uma vida inativa. A pessoa ociosa descrita por Veblen demonstra o resultado do seu ócio em seu padrão de consumo e sua acumulação de bens, que justamente são produzidos pela classe não ociosa, empregada nos meios de produção controlados pela classe ociosa, sendo esses

meios os financiadores da ociosidade da classe mais alta. Portanto, a reprodução do padrão de vida da classe ociosa é dada pelo ócio conspícuo,<sup>5</sup> que entre as atividades engloba o consumo conspícuo.

Para a classe ociosa, o consumo conspícuo é mais um mecanismo de autoafirmação da dignidade e da honra, especialmente o consumo de luxo. “O consumo de certas iguarias e, frequentemente, o de artigos raros, se torna tabu” (VEBLEN, [1899] 1983, p. 36). Esse tabu reforça o estigma do consumo de luxo, que se torna reservado e exclusivo para a classe ociosa que, por seu padrão de riqueza, tem fácil acesso a esse mercado.

O consumo conspícuo de bens é definido como aquele que excede as necessidades mínimas para a subsistência, principalmente no caso dos bens de luxo. Em um primeiro momento da história econômica, esse mercado era exclusivo da classe ociosa, porém passou a se difundir com a industrialização, conforme discutido. O refino do mercado de luxo torna o membro da classe ociosa um conhecedor de vários graus dos produtos, do que o mercado pode melhor oferecer em alimentos, vestuário, bebidas etc. É um tipo de aprendizado que se mescla ao ócio conspícuo, já que agora a classe tem uma atividade a mais para se dedicar. “As boas maneiras e os modos de vida refinados são sinais de conformidade com a norma de ócio e de consumo conspícuo” (VEBLEN, [1899] 1983, p. 38).

Outra característica do consumo conspícuo é funcionar como um instrumento de visibilidade para reforçar os padrões de riqueza convencionais que estão estabelecidos na sociedade, além de gerar uma competição interna dentro da própria classe ociosa. A interação entre os membros da classe gera uma disputa interna de quem possui os melhores bens e serviços, auferindo maior dignidade e *status* por meio de sua acumulação. Algo notável tanto para o contexto das classes no século XIX quanto no século XXI é a delimitação entre as classes sociais, tomando um caráter transitório, ainda

---

5. A classe ociosa possui um estilo de vida que permite a existência dos padrões de ócio e consumo conspícuo, que não são os mesmos das classes industriais. A questão do distanciamento das realidades dados os estilos de vida mostra a forma como cada agente se relaciona com o mundo, de acordo com a classe que ocupa e os gostos que assume. Bourdieu ([1976] 1994), por exemplo, trabalha com os bens culturais para mostrar esse distanciamento, uma vez que o acesso a eles não é universal. A relação com as classes ociosas é inevitável: o ócio conspícuo e a possibilidade de despender o tempo com as atividades artísticas trazem um grau de instrução estética que possibilita um suposto “verdadeiro” conhecimento, original e legítimo, sobre as concepções culturais. Apesar de Bourdieu não entrar no assunto de mercado e consumo de luxo, é possível fazer essa analogia dos bens culturais com os bens de luxo, uma vez que o primeiro grupo faria parte do que Veblen nomeia como ócio conspícuo, dedicado às atividades culturais e artísticas que, de uma forma ou de outra, fazem parte de um mercado de luxo, dado o difícil acesso a essas atividades e como isso desencadeia um efeito que altera os gostos das classes inferiores.

mais na sociedade atual. Entretanto, é nítida a influência da classe superior sobre as inferiores, na medida em que os menos abastados tentam emular os mesmos padrões de consumo. Dessa forma, as camadas mais baixas se espelham nos padrões de riqueza em que não estão inseridas, tomando esse padrão como digno e a ser objetivado, demonstrando a “força pecuniária” por meio do ócio e do consumo conspícuo, que não são acessíveis assim como são para a classe ociosa.

Na próxima seção, o foco volta-se para os impactos estruturais e sociais do consumo conspícuo impulsionado pela emulação de padrões de consumo de nações centrais por parte das nações periféricas. Para tal, recorre-se a autores do desenvolvimentismo clássico, principalmente de sua versão estruturalista latino-americana. Quais seriam as consequências do consumo conspícuo para o desenvolvimento de uma nação? Os autores partem do diagnóstico comum da causa da pobreza das nações subdesenvolvidas: a obediência à teoria das vantagens comparativas ricardiana, indicando, em seu lugar, uma agenda de industrialização.

### **3. Impactos estruturais e sociais do consumo de luxo: algumas notas sobre a armadilha do subdesenvolvimento e a constituição da estratificação social periférica**

Pioneiro da Economia do Desenvolvimento, Ragnar Nurkse replicará a ideia de consumo conspícuo, definindo o efeito demonstração como a tendência que os países mais pobres teriam de emular o padrão de consumo dos países mais ricos. Essa tendência, segundo o autor, agravaria o principal problema dos países subdesenvolvidos: a falta de capital, seja via pressão para importação de tais bens, seja via desperdício de recursos em consumo conspícuo, diminuindo, em teoria, a disponibilidade de recursos para investimento. Nurkse recorre à Teoria de Duesenberry:<sup>6</sup> por meio do chamado efeito demonstração, o incremento de renda interna pode levar a uma maior pro-

---

6. Essa teoria implica que “Quando os indivíduos entram em contato com bens ou esquemas de gastos superiores, podem sentir certa tensão e inquietação – sua propensão ao consumo aumenta” (NURKSE, [1952] 1969, p. 271). Essa ideia, por sua vez, se assemelha sobremaneira à definição vebleniana de consumo conspícuo, conforme discutido na seção anterior.

pensão ao consumo nas nações mais pobres, o que reduziria, em tese, sua capacidade de poupança, mesmo com o aumento de renda. Como consequência, “a desigualdade de renda internacional, por meio do efeito demonstração, alimentaria o funcionamento do círculo vicioso da pobreza, o que, por sua vez, incrementaria ainda mais o nível de disparidade entre as nações ricas e as nações pobres” (CARDOSO, 2012, p. 70).

Os estruturalistas, como Prebisch e Furtado, levarão tal argumento mais além. A questão extrapola a suficiência ou não de poupança interna para investimento, a principal preocupação de Nurkse – mesmo porque, de uma perspectiva macroestruturalista, tendo em vista o próprio princípio da demanda efetiva, essa questão de fato não seria a mais importante. O impacto principal diz respeito à estrutura de investimentos que a sustentação de tal padrão de consumo, acessível a camadas restritas das sociedades periféricas, implica e suas consequências sociais – tais como subemprego estrutural, por conta da inadequação da tecnologia à dotação de fatores, e seu desdobramento na forma de mais concentração de renda.

Prebisch ([1949] 2000) contestara o papel secular que a América Latina exercia na velha divisão internacional do trabalho, reforçada pela teoria das vantagens comparativas: fornecer alimentos e matérias-primas para os países do centro. A premissa neoclássica de que os retornos do progresso técnico se distribuiriam equitativamente com o comércio internacional não é aplicável aos países periféricos tal como é para os países do centro. Assim, uma das implicações normativas imperativas é a promoção da industrialização como forma de superar a situação de subdesenvolvimento, que serviria como um meio para “captar uma parte do fruto do progresso técnico, elevando progressivamente o padrão de vida das massas” (p. 72), tendo em vista a requalificação do padrão de inserção externa dessas nações.

Prebisch ([1949] 2000, p. 76) afirma: “A elevação do padrão de vida das massas depende, em última instância, de uma expressiva quantidade de capital por trabalhador”. Prebisch percebe que uma das soluções está na acumulação de capital, o que poderia acontecer: via aumento da poupança interna nos países latino-americanos, principalmente advindo das divisas obtidas com as exportações de bens primários; ou via investimentos estrangeiros, que, se bem planejados, trariam um retorno inicial de aumento na produtividade por trabalhador. Porém, a formação de capital fixo concorreria, em sua visão, com a tendência crescente do consumo, incluindo a sua vertente conspícua, como mostrado por Veblen.

Nos países centrais, ainda segundo Prebisch, os êxitos alcançados pelo progresso tecnológico, que em seguida trouxe um aumento de produtividade, ocorreram de forma gradual, possibilitando uma adaptação dos indivíduos aos novos cenários econômicos e uma mudança nos estilos de vida. A expansão do progresso técnico e seus retornos provocaram uma “manifestação do conflito latente entre o propósito de assimilar às pressas certos estilos de vida que os países de técnica mais avançada foram alcançando progressivamente” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 77).

Apesar do movimento que tende a baixar o custo em virtude da produtividade, os preços dos produtos manufaturados do centro não diminuíram porque foram mantidas margens de lucro. Prebisch é conciso em sua análise: “enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 83). Com o aumento dos preços dos manufaturados do centro, faz-se necessário um incremento das exportações de bens primários da periferia para conseguir a quantidade de divisas correspondentes às importações. É nessa disparidade que mora o problema das economias latino-americanas, da deterioração dos termos de troca e da distribuição desigual dos ganhos de comércio.

Para Prebisch, “a industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países latino-americanos [...] e esse crescimento da economia traz consigo algumas tendências persistentes de desequilíbrio externo” ([1949] 2000, p. 181), desequilíbrio como consequência das transformações provocadas pela própria absorção do progresso técnico na periferia. A elevação da renda nos países subdesenvolvidos, em decorrência da assimilação das técnicas de produção e de suas consequentes transformações sociais, tem impacto na demanda por produtos industrializados, que é maior que a demanda por produtos primários. Entretanto, os países periféricos, que ainda não possuem uma produção local de bens industriais, precisam recorrer à importação – dos produtos finais ou das máquinas e equipamentos para produzi-los – para ter acesso a esse mercado. Por isso também a tendência ao recrudescimento do estrangulamento externo conforme avance o processo substitutivo de importações (TAVARES, [1963] 1972).

Celso Furtado adicionará outro elemento a essa discussão. A industrialização que ocorrerá na periferia será, em grande medida, protagonizada pelo capital externo. As decisões econômicas internas nas economias de enclave – periféricas – são um reflexo

das decisões externas, emitidas pelo mercado internacional por meio do controle dos meios de produção. Furtado utiliza a expressão “equilíbrio do subdesenvolvimento” (FURTADO, [1975] 2008, p. 35), que se estabelece mediante o controle produtivo interno por agentes externos. No geral, as economias de enclave estão sujeitas a três situações: especialização na exportação de matérias-primas, controle externo da produção e das atividades manufatureiras. O excedente da produção nacional, que em parte é destinado para o consumo de uma minoria privilegiada, é controlado por decisões externas, e seu reinvestimento decorre da possibilidade de ampliar as exportações e da disponibilidade dos recursos naturais e mão de obra, sem interferência no lucro das elites. “O centro de decisões externo que controla atividades locais ligadas ao mercado interno, e que portanto exerce uma forma de poder, tem seu próprio projeto que transcende as fronteiras do sistema” (p. 37). As economias que estão sujeitas a este tipo de sistema, enfrentam situações de demanda criadas no exterior, abastecendo essa demanda com as próprias indústrias de matriz internacional.

Para além da questão da renda, que aumenta no processo de avanço da urbanização impulsionada pela industrialização, a liberação de mão de obra da agricultura para a indústria expôs a sociedade a um novo capital cultural que foi importado com a entrada das empresas estrangeiras, no que diz respeito a hábitos e valores, atrelados à elite industrial detentora desse capital, de acordo com Veblen. Essa troca cultural, que supervaloriza o padrão social e o capital simbólico dos países do centro, desencadeia as reações sociais e comportamentais necessárias para a efervescência do consumo de luxo. Essa massa de trabalhadores rurais que adentrou a vida urbana não experimentou a vida ociosa que a elite tem acesso, assim, desperta-se o processo de emulação e busca pela diferenciação social na sociedade urbana nascente.

No caso brasileiro, o país já nasceu como uma civilização urbana, segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1995). Desde o período da colonização, passando pelas cidades criadas durante o Império, até chegar na República e no período desenvolvimentista, o Brasil vivenciou o trabalho compulsório indígena, negro escravizado e imigrante ao longo de sua história, os dois últimos responsáveis pelo êxodo rural e crescimento dos centros urbanos ao longo do século XX. Conforme Ribeiro, a industrialização e a urbanização caminharam lado a lado, sendo a indústria demandante de mão de obra, ofertada em abundância pelo êxodo rural, que segue para a cidade em busca de novas oportunidades de vida. A própria questão agrária, intensificada pela concentração fun-

diária, também ajuda a promover a expulsão da população rural do campo para as cidades. Esse êxodo teve como consequência a “miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos” (RIBEIRO, 1995, p. 198).

Sobre as classes sociais, Ribeiro (1995, p. 209) observa o surgimento de um “corpo estranho, (...) o estamento gerencial das empresas estrangeiras, que passou a constituir o setor predominante das classes dominantes”, além de outras classes, como a intermediária, a subalterna e a oprimida, sendo esse sistema “autoperpetuante da ordem social vigente”. Essa estratificação da sociedade brasileira representa a distinção de classes mostrada por Veblen, com a classe dominante representando a elite ociosa, que reflete o espelhamento social entre as classes que estão abaixo dela. As classes subalternas, segundo o autor, representam os integrantes que estão “na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores”, enquanto a classe oprimida, e a dos “excluídos da vida social, que lutam para ingressar no sistema de produção e pelo acesso ao mercado” (RIBEIRO, 1995, p. 209-210).

A inovação tecnológica tem um papel essencial na economia, já que é responsável por sua expansão mediante introdução de novos processos produtivos e novos produtos. O agente inovador se relaciona com a estrutura social e cultural do meio em que está inserido, e seu ato de inovar exerce poder à medida que modifica o comportamento e os gostos dos agentes. Para Furtado, o “fenômeno da inovação, que está na base da evolução dos sistemas econômicos, não pode ser compreendido fora do estudo das estruturas de poder” (FURTADO, [1975] 2008, p. 41). A estrutura de poder político está enraizada no processo de apropriação do excedente econômico, permitido pela divisão do trabalho. O controle desse excedente pertence a uma minoria da população, uma elite que se distancia do restante por meio de seus padrões de consumo, criando um processo de estratificação social. Para Furtado, o sistema político “compreende o conjunto de normas cuja aplicação assegura a apropriação e reprodução desse excedente” (p. 42).

A dominação social institucionalizada através da acumulação e consequentemente do avanço tecnológico, pelas inovações, assume a “forma sofisticada do controle da criatividade” (FURTADO, [1975] 2008, p. 42), na medida em que as estruturas sociais estratificadas, em meio a uma variedade de recursos, reproduzem o sistema capitalista através de grupos privados que controlam a criatividade científica e tecnológica. O fluxo de inovações estabiliza a distribuição de renda ao promover o crescimento do

excedente que será apropriado pelas elites controladoras dos meios de produção. A relação, portanto, entre progresso técnico e dominação social garante a apropriação do excedente econômico, em que o “ponto de ótimo” da expansão está na estabilidade da estrutura social secularmente estabelecida. Assim, para Furtado, o progresso assume um caráter de “condicionamento do comportamento social na expansão do sistema econômico” (p. 44) que se orienta na direção de assegurar a apropriação do excedente econômico das elites.

O aumento da produtividade nos países periféricos permitido pela industrialização acarretou um aumento do excedente econômico, em que boa parte foi expropriado para fora – dada a origem do capital e/ou a própria tendência à deterioração dos termos de troca que ainda permanecia pela dificuldade em modificar a pauta exportadora –, e a parte que ficava no país trazia consigo elevação de renda, concentrada por uma parcela da população: “o crescimento da renda da minoria que se apropria do excedente engendra elevação e diversificação do consumo dessa minoria, e a importação constitui a forma mais fácil de alcançar essa diversificação do consumo” (FURTADO, [1975] 2008, p. 66).

O Brasil avançou intensamente na industrialização por processo substitutivo de importações (PSI), com ampla difusão de setores industriais de bens de consumo, os quais não condiziam com a condição socioeconômica da grande massa da população brasileira, que estava alocada nas classes mais baixas, evidenciando o surgimento de um mercado de luxo. Esse mercado, por sua vez, impulsionado pela emulação de padrão de consumo dos países do centro: se antes os bens de consumo eram predominantemente importados, passaram também a ser produzidos localmente. Aquele tipo de importação e/ou de investimento nos setores produtores de bens de luxo concorrem pelo capital escasso da periferia, impactando, por isso, a trajetória e alcance da trajetória de desenvolvimento.

Para Furtado, os entraves do subdesenvolvimento brasileiro são decorrentes de problemas estruturais e conjunturais, que criaram “um sistema industrial altamente integrado, exclusivamente voltado para ao mercado interno, sem capacidade competitiva internacional e controlado por empresas transnacionais” (FURTADO, [1975] 2008, p. 112), permeado por uma sociedade com grandes disparidades de renda, com alta concentração fundiária e um mercado interno aquém de seu potencial, que implicou produção com uma elevada margem de capacidade ociosa.

As estratégias que definiram o modelo brasileiro, segundo Furtado, se basearam em “uma política de rendas que permitisse dinamizar a demanda de bens duráveis de consumo e intensificar a introdução de novos produtos” e em uma política de “reestruturação do sistema industrial visando reinseri-lo no comércio internacional”. Essa política, que se deu principalmente nos anos 1960, foi possível por meio da combinação de um arrocho salarial, reduzindo o custo de produção das indústrias, “principalmente aqueles setores que não produzem para a massa do povo”, no caso o de bens de luxo, e que conseqüentemente não tiveram a sua demanda prejudicada pela redução do poder de compra; e de uma grande capacidade ociosa de produção, novamente nos mesmos setores. Furtado afirma que a subutilização da capacidade produtiva da indústria brasileira não é “um problema de insuficiência produtiva de tipo keynesiana”, mas sim de um desequilíbrio estrutural (FURTADO, [1975] 2008, p. 114).

É o excedente econômico gerado e a sua utilização que vão de fato implicar as possibilidades de transformações socioeconômicas, de acordo principalmente com o padrão de inserção externa. De qualquer forma, a parte interna do excedente elevará o fluxo monetário da economia, o que leva a modificar os padrões de consumo vigentes. Essa expansão da demanda faz com que a periferia amplie o seu mercado e introduza novos produtos antes mesmo de se industrializar – e de resolver seus problemas estruturais – por completo, que depende fortemente do setor de importações para inserção dos manufaturados. Daí a conclusão categórica de Furtado: “A sociedade se moderniza antes de que a economia se desenvolva” (FURTADO, [1975] 2008, p. 86), sendo a modernização advinda do padrão de consumo emulado dos países centrais. Como resultado, aumenta a demanda por bens manufaturados (os bens de luxo), possibilitada por importação e/ou produção interna, desviando recursos de setores potencialmente mais estratégicos para engendrar transformações mais profundas nessas nações.

Esse processo de instauração do consumo na periferia dialoga diretamente com o processo de deterioração dos termos de troca descrito por Raul Prebisch, já que a elevação do coeficiente de importações requer um grande excedente adquirido pelas exportações, que são majoritariamente de bens primários, gerando disparidade entre os valores necessários e existentes. Já a composição das importações gera competição entre os bens que serão importados, e é nesse momento que a vertente de luxo se destaca para satisfazer a mudança dos padrões de consumo das elites.

Assim, o modelo brasileiro (e latino-americano) de desenvolvimento levado à frente no chamado período desenvolvimentista direcionou grande parte de seu excedente gerado pelo setor primário-exportador para a modernização do setor de consumo para as minorias, esse, até então, considerado de luxo. Esse consumo para as minorias foi intensificado pela grande concentração de renda e riqueza e das disparidades sociais entre as elites latifundiárias e industriais e os trabalhadores rurais e urbanos brasileiros, uma vez que as indústrias produtoras de bens de luxo possuem uma tecnologia capital-intensiva e poupadora de mão de obra, implicando uma tendência de desemprego e subemprego estrutural. Conforme conclui Cardoso (2012, p. 236):

Ao longo dos cinquenta anos da fase desenvolvimentista, apesar da concentração de recursos em determinados setores industriais – tais como o de bens de consumo duráveis –, não haveria como negar que o Brasil transformara profundamente a sua base produtiva. No entanto, os efeitos dessa transformação não foram suficientes para colocar o país numa trajetória sustentada de desenvolvimento. Ter transformado a base produtiva, em prol da industrialização, era, portanto, uma condição necessária, porém longe de ser suficiente para que o Brasil se libertasse da armadilha do subdesenvolvimento.

O que configura a armadilha do subdesenvolvimento? Segundo Furtado (1992), a forma de assimilação do progresso técnico pela periferia se realizou preponderantemente no estilo de vida, sem provocar grandes transformações na estrutura produtiva e, também, na estrutura social – o que, em boa medida, se explica pela manutenção das velhas estruturas de poder estabelecidas desde a colonização.<sup>7</sup> A modernização na direção do *american way of life* tendeu a agravar a concentração de renda e riqueza, implicando a perpetuação da heterogeneidade estrutural – e dos problemas socioeconômicos que dela decorrem, tais como baixa produtividade, baixo nível de renda, desemprego e subemprego. Assim, se forma a armadilha: “a inserção inicial no processo de difusão do progresso tecnológico pelo lado da demanda de bens finais de consumo conduz a uma conformação estrutural que bloqueia a passagem do crescimento ao desenvolvimento” (FURTADO, 1992, p. 47). Mesmo considerando a crítica teórica pelo

---

7. O sistema colonial, tal como define Prado Junior ([1942] 2000).

lado da demanda de Serrano e Medeiros (2004), colocando que o vazamento do consumo para bens de luxo não necessariamente substituiria investimentos caso a oferta não fosse considerada dada, como na Lei de Say (e outros mecanismos para o incentivo ao gasto se fizessem presentes, como o crédito ou outras formas de expansão da demanda efetiva), o argumento de Furtado continua atual porque, de certa forma, o consumo de luxo significa transferências reais e monetárias da economia doméstica para o exterior.

Para tentar reverter essa situação, colocam-se em foco as reformas estruturais ou de base, relacionadas tanto à oferta quanto à demanda. Apenas tais reformas seriam, em tese, capazes de abalar as estruturas de poder secularmente estabelecidas que condicionaram a apropriação do excedente por parcela diminuta da sociedade das economias periféricas.

Entretanto, com a crise da década de 1980, e o avanço da onda neoliberal, consolidada pelo Consenso de Washington em 1989, a agenda de reformas pelo desenvolvimento inclusivo pouco avançou até os anos 2000. Com ela, também caiu em relativo desuso o próprio keynesianismo. No lugar, veio a tendência ao retorno da tônica da teoria das vantagens comparativas ricardiana, com sugestão de ampla e irrestrita abertura comercial e de capitais. Em seguida, o foco das políticas macroeconômicas (no Brasil traduzido no tripé macroeconômico: superávit primário, câmbio flexível e regime de metas de inflação), volta a ser a estabilidade – condição considerada necessária para a consolidação da confiança e da geração de ambiente propício à retomada de investimento privado e de conseqüente crescimento econômico. Essas mudanças de agenda se dão, por fim, em contexto de aprofundamento da globalização produtiva e da financeirização do capital. Reformas estruturais não se concretizam, de modo que a tendência à armadilha do subdesenvolvimento não foi afastada nas últimas três décadas, mesmo considerando as iniciativas desenvolvimentistas na região e no Brasil em parte dos anos 2000 e 2010.<sup>8</sup>

---

8. No Brasil, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT, 2003-2016), a economia brasileira registrou crescimento e certo alívio de assimetrias econômicas, principalmente relativos à redução da pobreza extrema e fome, que decorreram em grande medida de um contexto externo favorável e da adoção da plataforma política neodesenvolvimentista (políticas seletivas de defesa da produção nacional, como a política de compras governamentais e conteúdo local, financiamento às exportações de manufaturas e *commodities*, apoio à internacionalização das empresas brasileiras, políticas de distribuição de renda via valorização do salário mínimo e políticas sociais, e controle dos recursos naturais, especialmente o pré-sal). Todavia, tais políticas seletivas alcançaram diferentes graus de sucesso, enfrentando não somente resistências internas e externas exacerbadas com o golpe jurídico-parlamentar de 2016, mas também lidando com as contradições do regime macroeconômico do Novo Consenso.

Feitas essas breves considerações sobre os impactos estruturais e sociais do consumo de luxo da perspectiva da Economia do Desenvolvimento, a próxima seção retoma o pensamento de Keynes em seu artigo escrito em 1930 com reflexões sobre o futuro e as possibilidades econômicas dos nossos netos dado o contexto atual do capitalismo.

#### 4. Quais as possibilidades econômicas de nossos netos?

O artigo “As possibilidades econômicas de nossos netos” foi escrito no contexto pós-crise de 29, antecedendo, portanto, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, e a Segunda Guerra Mundial. A primeira provocaria uma revolução nas Ciências Econômicas e na condução das políticas macroeconômicas. A segunda mudaria drasticamente o contexto da economia global. Mesmo na sua versão dita bastarda – conforme Minsky ([1975] 2011) se refere à síntese neoclássica –, a visão keynesiana dominará o paradigma macroeconômico até meados da década de 1970: no contexto das nações centrais, levará à consolidação do Estado de Bem-estar Social; no contexto dos países periféricos, a Teoria Geral e sua crítica explícita ao *laissez-faire* – a qual Keynes já havia indicado em artigo de 1926 –, será pilar teórico do desenvolvimentismo. Em ambos os casos, ao fundamentar a retórica reformista, também se constituirá em importante trunfo no contexto da Guerra Fria.

No artigo de 1930, Keynes denuncia o clima de pessimismo econômico da sociedade ao seu redor, que não acreditava em um cenário próspero se comparado com o século passado. Keynes, ao contrário, era otimista. Para o autor, a questão dizia respeito à evolução do progresso técnico e da industrialização no século XIX que, dada sua rapidez, modificou intensamente o modo e o padrão de vida das sociedades urbanas. O período de intenso progresso econômico seguido por guerra mundial e uma grave crise teria impactado negativamente o pensamento e o comportamento das sociedades das nações capitalistas desenvolvidas, que passaram a desacreditar no sistema em que viviam. Desse modo, Keynes decide realizar um exercício de afastamento desse clima de pessimismo e se propõe a responder no ensaio as seguintes questões: “O que podemos esperar daqui a cem anos quanto ao nível de nossa vida econômica? Quais são as possibilidades econômicas para os nossos netos?” ([1930] 1984, p. 151).

Keynes ([1930] 1984) faz uma análise histórica dos países centrais tomando como referência a evolução técnica e a taxa de crescimento do progresso técnico, que apresentou altos e baixos durante as passagens do século, até chegar em 1930. O autor se mostra bastante otimista com o progresso técnico e os impactos em todos os setores econômicos, tendo em vista as já observadas diversas transformações na sociedade e no padrão de vida alcançável.

Essa perspectiva otimista Keynes projeta para o futuro, acreditando que a velocidade da transformação tenderia a ser muito mais eficiente ao longo dos próximos cem anos, diminuindo assim o papel da força de trabalho humana, que seria cada vez menos utilizada. Entretanto, Keynes também considera a questão do “desemprego tecnológico” como um problema decorrente dessas mudanças rápidas. O avanço de “descobertas de meios para economizar o emprego do trabalho, a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho” (KEYNES, [1930] 1984, p. 152) tem gerado um grande desajuste. Porém, o autor o via como temporário, em função das resoluções esperadas dos problemas econômicos da humanidade.

Assim, Keynes faz uma previsão para os próximos cem anos de que o padrão de vida dos países em progresso será de quatro a oito vezes maior que o padrão em 1930. Nesse estágio, a sociedade vai suprir todas as suas necessidades e utilizar o seu tempo para finalidades não econômicas. Os problemas econômicos serão resolvidos, desde que não aconteçam grandes guerras e um grande crescimento populacional. Sem problemas econômicos, o ser humano vai enfrentar, então, um novo problema em sua vida: “como empregar a liberdade de preocupações econômicas prementes, como ocupar o lazer que a ciência e o juro composto lhe terão conquistado, para viver bem, sábia e agradavelmente?” (KEYNES, [1930] 1984, p. 156). Seria como se todos pudessem exercer o ócio conspícuo. Tal como definido por Veblen, estaríamos então todos aptos a ser parte da classe ociosa.

Skidelsky e Skidelsky (2017) consideram essa projeção de Keynes uma “fantasia utópica” do capitalismo, visto como um estágio intermediário para se alcançar o objetivo, o fim, que seria uma vida boa, chamado de “Estado de graça”, em que a renda cessa, uma vez que a sociedade já possui o suficiente e o trabalho é nulo (p. 33). Os autores decidem confrontar as previsões de Keynes – jornada de trabalho de apenas 15 horas por semana, remuneração maior, em uma sociedade mais justa e igualitária

economicamente, em que o lazer seria uma preocupação primordial na vida das pessoas – quase noventa anos depois, verificando o progresso econômico e a jornada de trabalho, e concluem que apenas a primeira previsão, a do progresso econômico, foi a que mais se aproximou da projeção futura.

Para verificar a falha de uma das previsões de Keynes, Skidelsky e Skidelsky tentam entender por que a queda drástica das horas trabalhadas seria plausível no futuro, pressupondo que, quanto maior fosse a renda, menos as pessoas iam querer trabalhar. Essa hipótese, até então defendida por Veblen por intermédio dos “ricos ociosos”, que foram substituídos por “ricos viciados em trabalho”, foi desmitificada para a atualidade, que demonstrou inverter a relação trabalho e renda que era válida na aristocracia.

A questão das necessidades é novamente retomada, pois no “Estado de graça” elas estariam, em teoria, satisfeitas. Skidelsky e Skidelsky realizam uma consideração semântica sobre o conceito tratado por Keynes, que interpreta necessidades como desejos de modo similar. Assim, eles definem as necessidades como “exigências objetivas de uma vida boa e confortável”, finitas, e os desejos como “puramente psíquicos” e infinitos, criando um cenário em que seria impossível acabar com a necessidade de crescimento e o progresso econômico, a menos que as pessoas cessassem de buscar satisfazer os seus “desejos”. Os autores, então, buscam explicar por que a profecia de Keynes fracassou e chegam às seguintes respostas: “as pessoas trabalham o número de horas que trabalham porque gostam, porque são obrigadas ou porque desejam cada vez mais” (2017, p. 43).

A primeira das respostas mostra que o gosto pelo trabalho pode existir, motivado por fatores sociais e comportamentais, além da própria dinâmica que o mercado de trabalho adquiriu com as modernizações técnicas, possibilitando uma grande satisfação pelo ato do trabalho.

A segunda resposta diz respeito à pressão pelo trabalho. Os autores fazem uma distinção entre o setor de bens e o setor de serviços, sendo este último o que mais responde atualmente pela produtividade nos países desenvolvidos e que concentra as maiores jornadas de trabalho. As pressões competitivas incentivam os empregadores a fixar maiores jornadas para um número menor de trabalhadores, pois dessa forma é mais lucrativo para a empresa, que reduz custos de manter um fator-trabalho mais extensivo. Esse problema afeta principalmente os países periféricos e as

camadas mais pobres da sociedade, gerando uma população “cada vez maior de desempregados, ou parcialmente empregados, que trabalham menos do que gostariam”, além de reduzir a mão de obra a um “núcleo de empregados fixos que trabalham em período integral, e provavelmente muito mais do que gostariam”. O consumo, então, é encarado para os trabalhadores como uma “compensação do lazer que tanto almejam”, uma forma de aliviar a frustração de suas jornadas de trabalho exaustivas mediante entorpecimento via consumo conspícuo e, assim, alimentar as “necessidades artificiais” criadas pelos desejos humanos (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2017, p. 49-50).

Por fim, a terceira resposta diz respeito à insaciabilidade – ou à criação infinita de necessidades relativas. Os autores discordam da afirmação de Keynes de que as necessidades humanas seriam saciadas no “Estado de graça” e que seria possível, portanto, resolver definitivamente o “problema econômico”. A perspectiva individualista representa a inquietude que estimula uma busca por novas experiências que um aumento do nível de riqueza pode prometer, e, para isso, o trabalho é importante. De acordo com o nível de riqueza que se ocupa, o ser humano nunca estará completamente satisfeito, pois sempre haverá alguém em um nível acima, promovendo, assim, uma competição que se manifesta pelo consumo. Os autores acreditam que Keynes não deu a devida atenção para as necessidades relativas e para a competição por *status*.

Para os Skidelsky, o erro keynesiano foi acreditar que os desejos humanos são, portanto, limitados. O capitalismo, por meio do progresso econômico, “estabeleceria uma nova dinâmica de criação do desejo que oprimiria as tradicionais restrições de hábitos e bom senso” (2017, p. 61). O capitalismo cumpriu com a previsão de criação de riqueza, mas não tornou a sociedade capaz de usar essa riqueza de maneira civilizada. Para os autores, a insaciabilidade “tem raízes na própria natureza humana – uma predisposição para comparar a nossa sorte com a de nossos semelhantes e desejá-la” (2017, p. 15-16). Assim, o capitalismo, na medida em que trouxe progresso e melhorias nas condições materiais, tendeu a intensificar algumas patologias e/ou vícios humanos como a ganância, a inveja e a avareza. No contexto da periferia, tais patologias tenderam a intensificar a própria condição de subdesenvolvimento.

## Considerações finais

O progresso econômico e as melhorias nas condições materiais na periferia do capitalismo, historicamente, tenderam a se restringir a parcelas diminutas dessas sociedades que, desde a colonização, puderam exercer com plenitude a sua dignidade de classe ociosa, tal como definido por Veblen. Como resultado, observou-se e observou-se a manutenção do sistema colonial, caracterizado por grande abismo social entre aqueles que detêm os meios de produção e acumulação e o poder político, e os que só têm a oferecer sua força de trabalho. A concentração do excedente econômico é tão elevada que nem a resolução dos problemas econômicos mais básicos parece estar próxima de acontecer.

Essa manutenção do sistema colonial coloca a periferia sempre atrás na disputa pelo desenvolvimento. A sociedade nasce influenciada de muitas culturas e disparidades sociais, evidenciadas pelas classes mostradas e pelos estilos de vida desejados. A divisão de classes em uma sociedade díspar em renda e riqueza, atreladas às questões filosóficas do ser que despertam desejos, necessidades e vontades, criam uma cultura que se perpetua com muita facilidade ao longo da história.

O consumo de luxo surge como uma grande oportunidade de mercado que precisou se reinventar ao longo de sua história para se perpetuar. Em um primeiro momento, cada produto ou serviço exclusivo para a camada mais alta da sociedade, pode, em seguida, até se massificar e atingir novos públicos. O consumo de luxo nada mais é que uma reificação, uma ampliação de algo que vivia no imaginário e não era acessado, para se tornar o próprio consumismo para além das necessidades absolutas e primordiais do ser humano.

Em uma busca otimista e fantasiosa por uma sociedade livre de problemas econômicos, Keynes é visionário e não estava sendo totalmente surrealista, mesmo com uma projeção baseada em premissas que são impossíveis de controlar. Ele também não considerou a situação particular de toda a periferia do capitalismo, que foi responsável por financiar os avanços tecnológicos vivenciados no Reino Unido e em todo o centro do capitalismo ocidental. Também por isso, não tentou validar ou solucionar os problemas dos países subdesenvolvidos que estavam e estão em desvantagens reais.

A periferia teve que se reinventar e buscar métodos para avançar no processo coagido de desenvolvimentismo, reforçando desequilíbrios e desigualdades internas,

motivados pela influência social da competição por *status*, mas com o intuito de romper com a pobreza e ascender na “pirâmide social” em nível mundial. Contudo, Keynes estava certo em pensar o capitalismo como um meio, e não um fim. Esse “Estado de graça”, em que felicidade significaria ter tempo para exercer a “arte de viver”, pode ser considerado um fim, uma sociedade utópica pós-capitalista que rompeu muito além dos problemas sociais e econômicos, mas também com os problemas inerentes à natureza humana.

Por fim, voltamos à realidade atual para responder às perguntas iniciais do artigo: em que medida o consumo de luxo impactou as possibilidades de escape do subdesenvolvimento, comprometendo o nosso futuro e o de nossos netos? Estaríamos todos presos à armadilha das necessidades relativas, cuja criação e recriação não têm fim? Há alguma saída para finalmente atingirmos a utopia de Keynes nos próximos 12 anos, para que sua profecia se concretize em 2030? Retomando o cerne da perspectiva estruturalista, combinada com a perspectiva de classes de Veblen, conclui-se que sem transformar as seculares estruturas de poder que caracterizaram historicamente a periferia capitalista, continuará a reprodução do sistema colonial, alimentando o ócio e consumo conspícuo de uma minoria cada vez mais ociosa porque predominantemente rentista, afastando o futuro cada vez mais da utopia de Keynes.

## Referências

- ALLÉRÈS, Danielle. *Luxo... estratégias de marketing*. São Paulo: Ed. FGV, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983 [1976].
- CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARDOSO, Fernanda Graziella; LIMA, Gilberto Tadeu. Diagnosticando patologias monetárias: seus impactos sobre a atividade produtiva na visão de Keynes e Veblen. *Revista Estudos Econômicos*, v. 36, n. 2, São Paulo, abr.-jun. 2006.
- DE MASI, Domênico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- FURTADO, Celso. *Brasil - a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento*: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto; 2008. (Arquivos Celso Furtado, v. 2).
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].
- KEYNES, John Maynard. As possibilidades econômicas de nossos netos. [1930]. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MINSKY, Hyman. *John Maynard Keynes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O Brasil na rota das especiarias*: o leva e traz de cheiros, as surpresas da nova terra. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. [1952]. In: AGARWALA, A. N.; SINGH S. P. (Eds.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1942].
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais Problemas. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: CEPAL; Record, v. 1, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSA, Cristina de Azevedo. *Império do luxo – a construção do sucesso*. Lisboa: Lidel, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, 2004.
- SKIDELSKY, Edward; SKIDELSKY, Robert. *Quanto é suficiente?* O amor pelo dinheiro e a defesa da vida boa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. [1963]. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VEBLIN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1889].
- YEOMAN, Ian; BEATTIE, Una. Luxury markets and premium pricing. *Journal of Revenue And Pricing Management*, v. 4, n. 4, jan. 2006.

